

**“Costumes em Comum”, de Edward Thompson: perspectivas de abordagem**  
SANTOS, Bruna Morrana dos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O propósito deste trabalho é discutir ideias e conceitos centrais presentes em alguns capítulos da obra *“Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional (1998)”*, do historiador britânico Edward Palmer Thompson. Enquanto um historiador engajado e responsável pelo lançamento da proposta chamada “história vista de baixo”, Thompson retomou em suas obras as categorias históricas, “classe social”, “cultura” e “experiência”. Nesse contexto, vale assinalar que, a leitura de *“Costumes em Comum”*, nos proporciona o contato com as reinterpretações feitas pelo autor sobre várias questões que haviam sido renegadas pela historiografia tradicional. Além da discussão de parte da obra, o presente ensaio também contempla temas como a recepção de E. P. Thompson no Brasil e reitera a importância deste autor para a historiografia das últimas duas décadas do século XX.

**Palavras-Chave:** Historiografia; Costumes em Comum; Edward Thompson.

**“Costumes em Comum”, de Edward Thompson: perspectivas de enfoque**

**RESUMEN:** El propósito de este trabajo es discutir ideas y conceptos centrales presentes en algunos capítulos de la obra *“Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional (1998)”*, del historiador británico Edward Palmer Thompson. Mientras un historiador comprometido y responsable por el lanzamiento de la propuesta llamada “história vista de baixo”, Thompson retomó en sus obras las categorías históricas clase social, cultura y experiencia. En ese contexto, vale señalar que, la lectura de *“Costumes em comum”*, nos proporciona el contacto con las reinterpretaciones hechas por el autor sobre varias cuestiones que habían sido renegadas por la historiografía tradicional. Además de la discusión de parte de la obra, el presente ensayo también contempla temas como la recepción de E. P. Thompson en Brasil y reitera la importancia de este autor para la historiografía de las dos últimas décadas del siglo XX.

**Palabras Clave:** Historiografía; Costumes em Comum; Edward Thompson.

## INTRODUÇÃO

Pode-se entender a historiografia como o resultado final da pesquisa histórica. Jurandir Malerba (2006) pontua que a historiografia como produto da história é dotada de historicidade e, portanto, pode ser considerada objeto e fonte histórica. Dessa forma, o historiador ao produzir seu trabalho, o faz de acordo com o maquinário conceitual disponível e à luz do seu tempo.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Sergipe, Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em História do Brasil pela Faculdade Pio Décimo. E-mail: bmorrana@gmail.com

Antes de escrever sobre a história social, é preciso fazer referência à revolução historiográfica promovida pelos *Annales* através da iniciativa, principalmente, de dois jovens historiadores: Marc Bloch e Lucien Febvre, que foram os primeiros a formular uma definição para este campo. Febvre explica na obra *Combates pela História* (1989), que todos os aspectos da existência humana estão inseridos no social e se interligam, sendo impossível separá-los. Tendo como uma de suas principais bandeiras a interdisciplinaridade, essa nova história problematizada privilegiou a ação coletiva dos sujeitos e buscou superar a historiografia metódica, positivista, cientificista e essencialmente factual (*événementielle*) do século XIX.

O paradigma analítico, que segundo Prost (2012) inovou no método, também introduziu o estudo da longa duração (onde se encaixam as mentalidades) e a perspectiva de uma história total, ou seja, a perspectiva de síntese. A partir dos anos 1960, observou-se uma valorização do método quantitativo para a análise de fontes históricas, a ampla utilização de fontes seriais como registros paroquiais, testamentos e inventários post-mortem, além do uso da demografia histórica e do método prosopográfico.

Por promover uma aproximação do conhecimento histórico com a antropologia, merece destaque a proposta da “história vista de baixo” (history from below) lançada pelo britânico Edward Thompson<sup>2</sup>, em 1966. Historiador engajado, fez oposição à ortodoxia marxista, que na década de 1970 secundarizava o papel da evidência, ou seja, das fontes históricas. A sua crítica à história quantitativa estava sustentada na ideia de que apenas identificar os números não nos proporcionaria uma visão ampla do ocorrido. De forma clara, Thompson foi contrário à “História Inglesa Oficialmente Correta” que privilegiava a história política e via a “gente comum” como um problema com o qual o governo tinha de lidar.

A retomada das categorias históricas “classe social” e “experiência”- palavra polissêmica - que traz à cena a vivência dos atores históricos, é um exemplo da influência deste autor na historiografia das últimas décadas do século XX. Para Thompson, classe é um fenômeno histórico “que unifica uma série de

---

<sup>2</sup> Edward Palmer Thompson nasceu na cidade de Oxford, Inglaterra, em 1924. Filho do pastor Edward John Thompson e da missionária Theodosia Thompson, filiou-se ao Partido Comunista Britânico com 17 anos. Lutou na 2ª Guerra Mundial e algum tempo depois graduou-se em História no ano de 1946. Fez parte de um seleto grupo de intelectuais que integravam a Escola marxista inglesa como:

acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (THOMPSON, 1987, p. 9). Uma das características marcantes da análise de Thompson é o processo de constituição da consciência de classe operária, já que buscou analisar as práticas e experiências (o *Fazer-se*) dos indivíduos da classe trabalhadora inglesa. Sobre esse assunto, Hebe Castro (2011) explica que:

A tradição marxista britânica de história social do trabalho e a obra em especial, haviam colocado as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre ação social. O desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência. (CASTRO, 2011, p. 45)

A recepção de Thompson no Brasil têm relação direta com o que ele dizia ser uma tradição marxista, isto é, “um conjunto de referências que são comungadas ao mesmo tempo em que são interpretadas de forma mutante e heretogênea, em um dado contexto, de acordo com circunstâncias particulares.” (NEGRO, 2014, p. 152). No artigo intitulado “*E.P.Thompson no Brasil: recepção e usos*”, o professor Antonio Luigi Negro salienta ainda que, Thompson tornou-se uma das maiores referências para a historiografia brasileira, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, período marcado pela expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação no país.

A partir do ano de 1987 foi crescendo gradativamente o número de autores que apropriaram-se do pensamento thompsonian. Isso se deu por causa da publicação das traduções das obras *Senhores & caçadores* e *A formação da classe operária inglesa (volumes I, II e III)*, seu livro mais famoso. O objetivo do presente ensaio é discutir algumas ideias e conceitos centrais de Thompson presentes em textos retirados da obra *Costumes em Comum* (1998), um dos livros mais importantes e que marcou a sua volta aos escritos e estudos históricos após anos de afastamento.

## DESENVOLVIMENTO

A obra *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (1998), foi publicada pela primeira vez em 1991 e reúne ensaios produzidos por Edward Thompson ao longo de duas décadas. No prefácio, o historiador explica que

---

Christopher Hill, Raphael Samuel, Eric Hobsbawm, Dorothy Thompson, Raymond Williams, dentre outros. Faleceu em 1993 aos 69 anos de idade em Worcester.

o atraso no lançamento de *Costumes em Comum* se deu por causa da publicação de *Senhores e Caçadores* e *Albion's fatal tree*, e pela sua participação no movimento pacifista, dentro do contexto de emergência da “Segunda Guerra Fria”. A preocupação central do autor, é mostrar como o tema “costume” se manifestou na cultura dos trabalhadores no século XVIII e em parte do século XIX. Costumes que no ideário dominante presente na historiografia inglesa, estavam em declínio na época dos setecentos. Houve uma certa resistência do povo às reformas culturais pretendidas pelos estratos superiores e então, no século XVIII verificou-se um alargamento da distância entre a cultura patricia e a da plebe na Europa.

Como consequência disso, segundo Peter Burke (1978, apud THOMPSON, 1998, p. 13), estudioso da cultura popular na Idade Moderna, surge o estudo do folclore e nesse contexto, os costumes já eram vistos como “antiguidades” e remanescentes do passado. Resta enfatizar que a abordagem de Thompson difere-se do método utilizado pelos colecionadores do século XIX, o chamado “costumes de almanaque” que visava reunir os resíduos de outrora. Em contrapartida, a proposta do historiador britânico é recuperar a historicidade desses costumes. Para Petrônio Domingues, Peter Burke e Thompson integram o seleto grupo dos autores clássicos que contribuíram para a construção dos conceitos de cultura popular e erudita. (DOMINGUES, 2011, p. 402).

Porém, a respeito dessa descrição costumeira o autor da obra defende que ao considerá-los como plurais, acaba-se perdendo o sentido intenso do costume (como contexto e *mentalité*) no singular e além disso, “deixou igualmente de perceber a função racional de muitos costumes nas rotinas do trabalho diário e semanal” (THOMPSON, 1998, p. 15). Utilizando o pensamento de Francis Bacon e Bernard Mandeville, E. P. Thompson afirma que há séculos o “costume” foi associado ao que hoje entendemos por “cultura”. Notadamente, no contexto da Revolução Industrial, o costume, codificado ou não, era visto como uma “boa” palavra”, que constituía, em certos casos, a retórica de legitimação da invocação de direitos.

É necessário ter certa cautela com as generalizações referentes à cultura popular, pois o termo cultura “com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (THOMPSON, 1998, p. 17). Ou seja, é um termo emaranhado que pode ocultar ou confundir distinções que devem necessariamente

ser feitas. Desse modo, deve-se examinar com cuidado os elementos desse feixe: ritos, modos simbólicos, entre outros. É importante, sobretudo, saber que precisamos situar este conceito no lugar material que lhe é devido. Paulatinamente, alguns traços característicos da cultura plebéia vão sendo apresentados no texto: o aprendizado transferido entre as gerações, a transmissão oral das tradições através das anedotas e narrativas e o caráter tradicional dessa cultura que assume formas conservadoras. Até mesmo o termo plebe, resgatado da Roma Antiga, carrega consigo uma indefinição, que foi explicada por Thompson da seguinte maneira:

A plebe não é, talvez, uma classe trabalhadora. Os plebeus talvez não tenham uma definição de si mesmos no que diz respeito à consciência, à clareza de objetivos, à estruturação da organização de classe. Mas a presença política da plebe, “turba” ou “multidão” é manifesta. Ela colidiu com a alta política em várias ocasiões críticas. (THOMPSON, 1998, pp. 56-57)

Na visão de Edward Thompson, cria-se então um paradoxo, pois uma cultura tradicional é ao mesmo tempo, *rebelde*, se considerarmos que esta cultura não sujeita-se ao domínio ideológico dos governantes e age em defesa dos costumes. Também há uma ambiguidade na identidade social dos trabalhadores, porque ora eles apresentam uma deferente ora, uma face rebelde. Nesse sentido, existe uma aproximação teórica entre os pensadores marxistas Thompson e Antonio Gramsci, pois o mesmo problema apontado pelo historiador inglês foi analisado pelo filósofo italiano que “observou o contraste entre a “moralidade popular” da tradição do folclore e a “moralidade oficial” (THOMPSON, 1998, p. 20).

No tocante ao aspecto econômico, à luz das ideias de Thompson, existe a possibilidade de se enxergar a história social do século XVIII como “uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume” (THOMPSON, 1998, p. 21). Para o historiador britânico, se atualmente fossemos discriminar os componentes da já mencionada “cultura popular”, estes seriam representados pelas “necessidades” e “expectativas”.

Devemos contextualizar e assinalar que a Revolução Industrial e a revolução demográfica, foram fundamentais para o processo de transformação histórica dos costumes, e que é difícil discutir esses problemas quando se observa a situação a partir da perspectiva do “Norte”. O homem econômico, seja o capitalista avaro ou o marxista ortodoxo, ameaça a sua própria espécie e assim ele mesmo será o responsável por tal catástrofe. Com certa preocupação, o autor revela a sua expectativa no desenvolvimento de uma “consciência costumeira”, mas ele não

acredita que isso possa se concretizar e anseia que o seu livro possa ajudar nessa construção. (THOMPSON, 1998, pp. 23-24)

Em “*Patrícios e Plebeus*” (capítulo 2) a discussão está assentada na relação mútua estabelecida entre dois pólos, “a *gentry*” e “os trabalhadores pobres”. Com certa dose de ironia e polêmica, o autor critica o gosto dos historiadores oficiais que, fascinados pela visão de cima, privilegiam o estudo da *gentry*. Ele pelo contrário, explica para o leitor que a sua intenção é estudar aqueles que não deixaram uma quantidade significativa de documentos em seus asilos.

Através de uma detalhada e rica investigação sobre a situação na Inglaterra do século XVIII, nos é apresentado um dos conceitos caros à obra de Thompson: o paternalismo. É um termo considerado descritivo, frouxo e de difícil conceituação, pois ele é amplo demais para uma análise detalhada. Somado a isso, deve-se considerar que ele pode nos levar a ter a visão de uma “sociedade de uma só classe”, pois “tende a mostrar um modelo da ordem social visto de cima. Tem implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real e o ideal.” (THOMPSON, 1998, p. 32).

Reconstruir o modelo paternalista do mercado de alimentos foi o método usado por Thompson para analisar o seu objeto, a *mentalité*, ou como prefere denominar, a cultura política, as expectativas, as tradições e as superstições dos trabalhadores que estavam envolvidos nas ações no mercado. Os conceitos de deferência e de parasitismo também são percebidos em dado momento através de um debate sobre a “Velha Corrupção”, na qual o poder político tornava-se um ponto de compra dos demais poderes, o econômico e o social. (THOMPSON, 1998, p. 36)

A classe média coesa e decidida controlava o parasitismo ao mesmo tempo em que se submetia às relações de clientelismo. Observou-se que ao longo do tempo houve uma mudança relevante nas relações de trabalho, principalmente porque o controle paternalista sobre a vida do trabalhador começava a se desmanchar. Tais trabalhadores, que durante os motins da fome (discutidos mais a fundo no capítulo 4), demonstravam possuir uma consciência comum, ideologia e objetivos. A insubordinação em nome dos costumes, contra as racionalizações e inovações da economia era uma resposta dada por grupos como artesãos urbanos, roupeiros, barqueiros e etc, que eram vistos como desordeiros e afastados do controle social da *gentry*. Prestes a entrar em crise, o paternalismo é retratado pelo autor da seguinte maneira:



Suas aparições em público tinham muito da estudada representação teatral. A espada era posta de lado, exceto para fins de cerimonial. Mas a elaboração das perucas, as roupas ornamentadas e as bengalas, e até os gestos patrícos ensaiados e a arrogância da postura e da expressão, tudo se destinava a exibir a autoridade dos plebeus e a extrair deles a deferência. (THOMPSON, 1998, p. 48.)

Vale frisar que, a prática descrita no trecho acima era algo que ia além dos gestos e do teatro, pois significava também uma ensaiada técnica de domínio que os poderosos aprendiam ao longo da vida. Indiscutivelmente, a *gentry* e a multidão precisavam uns dos outros.

No entanto, “o domínio paternal efetivo não só requer autoridade temporal, mas também autoridade espiritual e psíquica”. (THOMPSON, 1998, p. 50). Ao perceber a libertação psíquica e moral da plebe e portanto, encontrar o elo fraco desse sistema, Thompson alegou que o domínio “mágico” da Igreja sobre a população, apesar de presente, estava se enfraquecendo.

Sempre chamando atenção para a utilização de algumas nomenclaturas generalizantes como “motim”, no ensaio “*A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*” (capítulo 4), o interesse do autor reside em abordar os mercados de artigos de primeira necessidade em tempos de desabastecimento. Tecendo algumas críticas aos positivistas, ao reducionismo econômico cometido por alguns historiadores e à visão espasmódica, Edward Thompson trabalha com o conceito de noção legitimadora ao argumentar que os homens e as mulheres da multidão acreditavam na ideia de que estavam defendendo os costumes ou direitos tradicionais.

Os mercados locais que deveriam ser diretos e supervisionados eram regidos por leis que os controlavam. Por exemplo: 1) os horários eram mediados pelo toque dos sinos. 2) Os pobres eram os primeiros a comprar os grãos e posteriormente, os comerciantes mais abastados também podiam realizar as suas compras. Porém, eram impedidos de comprar antecipadamente, bem como efetuar compras para futura revenda e açambarcamentos. (THOMPSON, 1998, p. 156)

Com avançar do século, a legislação foi sendo alterada e novos procedimentos do mercado como a venda por amostragem passaram a ser contestados e como consequência, corroboraram novos motins. Ao mesmo tempo em que o mercado era considerado o ponto de exploração dos trabalhadores,

também era nesse lugar em que eles podiam mais facilmente se organizar e sentir por um momento que tinham mais força.

Em “*A economia moral revisitada*” (capítulo 5), ensaio publicado em 1971 pela revista *Past and Present*, temos uma das melhores demonstrações de como Thompson rebate as críticas feitas por alguns comentadores às ideias expostas no seu capítulo anterior. Sem o objetivo de refutá-lo, Thompson faz uso da digressão sobre o comércio de cereais (parte integrante de *A riqueza das nações*) para apresentar as deficiências da doutrina de Adam Smith e estabelecer uma comparação entre os modelos *laissez-faire* e o paternalista. É plausível pontuar aqui o que seria a definição de “economia moral” segundo o historiador britânico:

A questão não é apenas que seja conveniente reunir num termo comum o feixe identificável de crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez, mas também que as profundas emoções despertadas pelo desabastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises e a afronta provocada por alguém a lucrar em situações de emergência que ameaçam a vida, conferem um peso “moral” particular ao protesto. Tudo isso, considerado em conjunto, é o que entendo por economia moral. (THOMPSON, 1998, p. 257).

Mesmo tendo introduzido o referido termo no discurso acadêmico, cuja origem remonta provavelmente ao século XVIII, ele próprio revela que não tem o direito de patenteá-lo, pois vários intelectuais (como James C. Scott) fazem usos diversos dessa expressão.

É perceptível a maneira como o autor retrata os sujeitos históricos como símbolo de bravura, ao defender na parte três do capítulo a existência de uma “consciência feminina”, por meio da qual “as mulheres ficam imbuídas da noção de seu direito coletivo a administrar a vida diária, mesmo que tenham de desafiar a autoridade para atingir esse fim” (THOMPSON, 1998, p. 254). As evidências, apesar de sinuosas, vão desconstruindo o esteriótipo da submissão feminina ao mostrar que o campo de atuação das mulheres não se restringia apenas ao mundo privado do lar. Nesse sentido, com bastante frequência, as mulheres iniciavam os motins de fome, justamente porque elas eram as mais envolvidas com as negociações face a face no mercado. No cenário dos confrontos anticapitalistas, a relação entre homens e mulheres não era necessariamente opressiva e em certos confrontos mistos, poderia se desenvolver uma parceria de gênero.

A análise feita pelo autor de como ocorreram as mudanças na percepção do tempo no âmbito da cultura intelectual da Europa torna ainda mais instigante a



leitura do capítulo 6, intitulado de “*Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*”. Para os povos primitivos, a medição do tempo estava relacionada com a orientação pelas tarefas. Nas sociedades camponesas não existia a separação entre “o trabalho” e a “vida”, pois os trabalhadores cuidavam do que é uma necessidade. No século XVII, o tempo passa a se transformar em dinheiro do empregador, principalmente porque “o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta”. (THOMPSON, 1998, p. 272).

Com o avançar dos séculos, mais especificamente na metade do dezoito, a imagem do mecanismo relógio (portáteis e não portáteis) se torna importante não só para o medição do tempo, mas como determinante de um *status*, de luxo. Segundo Thompson, o tempo marcado pelo relógio estava limitado à *gentry*, aos mestres, aos fazendeiros e aos comerciantes. Mas, as evidências mostram que essa situação começa a sofrer mudanças no final do século, por causa da taxaço de vários tipos de relógios.

Durante o desenvolvimento do texto, o autor aborda várias questões referentes à disciplina de trabalho, merecendo destacar aqui os ritmos irregulares do trabalho descritos na seção IV. Todas essas transformações estão inseridas no contexto de uma lenta e conflituosa transição para o capitalismo industrial na Inglaterra. Contudo, é importante ter prudência, pois se negligenciarmos os fatores que nascem de toda a cultura como os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas, etc., a análise dos fenômenos poderá ser pouco profunda. É basilar para Thompson a ideia de que não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura. (THOMPSON, 1998, p. 304)

Um momento importante do ensaio é quando o historiador promove uma discussão sobre a internalização da disciplina de tempo através da ética puritana, da formação de novos hábitos de trabalho e pela imposição de uma nova disciplina de tempo. Mantendo o tom polêmico que sempre lhe foi característico, podemos afirmar que nas últimas páginas do seu texto, Thompson faz uma crítica ao modelo *taylorista-fordista*, no que diz respeito ao papel do trabalhador. Na seção VIII, ele expõe a sua opinião da seguinte maneira:

Esse é um problema que os povos do mundo em desenvolvimento devem enfrentar em sua vida e seu crescimento. Espera-se que eles tomem cuidado

com modelos convenientes e manipuladores, que apresentam as massas trabalhadoras apenas como uma força inerte de trabalho. (THOMPSON, 1998, p.302)

A partir desse trecho, pressupõe-se tal crítica ao considerar que esses modelos de racionalização do trabalho surgidos entre o final do século XIX e início do século XX provocavam alto índice de rotatividade além do baixo nível de qualificação educacional e profissional dos operários, o que os tornava descartáveis. Ou seja, ao repetir movimentos iguais sem parar, o trabalhador atuava como uma máquina, alienado do conjunto de seu trabalho.

Outro elemento integrante da cultura plebéia analisado pelo autor foi “*A venda de esposas*” (capítulo 7). Como já foi dito anteriormente, Edward Thompson pensa nas relações de gênero e mais uma vez não enxerga a mulher como vítima, mas como protagonista da sua história. Tal posição sobre a condição da mulher gerou uma grande polêmica e críticas feministas, pois na época em que ele escreveu sobre esses casos, o tema da opressão feminina relacionado à dominação masculina ainda continuava em voga nos meios acadêmicos. Seu objetivo era apenas decodificar um comportamento que havia sido estereotipado pelos moralistas da classe média.

Dividido em seis partes, o texto nos convida a conhecer uma prática ocorrida certamente em várias regiões da Inglaterra, mas que por muito tempo foi esquecida e considerada bárbara pelos comentadores do século XIX e da primeira metade do século XX. Mas, através de uma breve discussão historiográfica, Thompson cita alguns trabalhos que se propuseram a reconstruir a venda de esposas, como o de Thomas Hardy e o de Samuel Pyeatt Menefee. Diante das evidências fragmentárias e enigmáticas, o autor coletou 300 casos, dentre os quais rejeitou 50 por terem caráter duvidoso.

Além do recorte espacial, torna-se imprescindível para a realização da pesquisa histórica estabelecer o recorte cronológico. Sendo assim, os casos estudados foram situados num período que vai de 1760 a 1880. Deve-se ressaltar que esse estudo faz referência a um costume que acontecia num espaço de comércio, e, dessa forma, a intenção não é negar a existência da venda antes de 1760. Edward P. Thompson atribui a esses casos três sentidos que os levam a possuir uma visibilidade. Primeiro, são ocorrências cujos vestígios por acaso se tornaram claros para o historiador, em segundo lugar, são ocorrências que tinham

alguma notoriedade e, por último, as restrições mais amplas a quaisquer quantificações e a natureza escorregadia dessas evidências. Ao utilizar os casos visíveis noticiados pela imprensa (sensacionalista) de maneira romanceada, ele questiona a confiabilidade dessa fonte.

A venda de esposas era uma prática altamente ritualizada estabelecida sobretudo, por um cerimonial. Alguns padrões foram revelados pelo exame das evidências: 1) A publicidade na praça do mercado e o uso da corda; 2) Um contrato de venda firmado perante testemunhas e um ritual de “entrega”. Dessa maneira, a verdadeira venda possuía um ritual específico que embora sofresse variações, apresentava tais características: a) O cenário da venda, que deveria ocorrer num local de comércio; b) O anúncio público ou reclame; c) O simbolismo da corda que era o elemento essencial de uma transferência “legal”; d) O leiloeiro, que dava um aspecto teatral à venda; e) A troca de dinheiro; f) A troca de juramentos análogos; e raramente, a ratificação em documentos.

A tese defendida pelo autor é de que a venda de esposas pode ser vista como um acordo, um divórcio. Vários fatores como o consentimento da mulher e o conhecimento prévio do comprador, que em alguns casos já era o amante da esposa, só tornam mais sólida essa ideia. Depois de obter os resultados, algumas classificações são analisadas minuciosamente: *sem o consentimento da esposa, com o consentimento da esposa, sem informações, divórcio arranjado e esposa vendida ao amante*. Em síntese, para que o ritual existisse eram necessárias algumas condições como: o declínio da vigilância punitiva da Igreja e seus tribunais sobre a conduta sexual, o consentimento da comunidade e uma certa autonomia da cultura plebeia em relação à cultura e uma autoridade civil distanciada, desatenta ou tolerante.

O declínio do ritual está ligado à diminuição de sua legitimidade no consenso popular e a partir da década de 1850, a prática recuou para formas mais discretas, sendo registrados apenas alguns casos tardios. Encerra o texto chamando de patriarcal o fato de “que a venda de esposas ocorria numa sociedade em que a lei, a Igreja, a economia, e o costume atribuíam à mulher uma posição inferior ou (formalmente) impotente” (THOMPSON, 1998, p. 345).

Outra prática cultural realizada em certos tipos de comunidades “camponesas” e “proto-industrial” era a “*Rough Music*” (capítulo 8). Esse “é o termo que tem sido comumente usado na Inglaterra desde o fim do século XVII, para

denotar uma cacofonia rude, com ou sem ritual mais elaborado, empregada em geral para dirigir zombarias ou hostilidades [...]” (THOMPSON, 1998, p. 353). Caso algum indivíduo incorresse em um ato que desrespeitasse as normas da comunidade, certamente seria alvo dessa prática. Entendida como uma ação consciente, organizada e previamente planejada, é importante saber que a *rough music* tem semelhança com outros rituais, como por exemplo, o *charivari* na França. Segundo Thompson, quanto mais evidências ele encontrava, mais difícil se tornava a tarefa de definir o que era a *rough music*. Algumas propriedades básicas definem as formas do ritual: o barulho estridente e ensurdecedor, o riso desapiedado e as mímicas obscenas.

Em tese, o autor reitera que a *rough music* objetivava promover o justicamento regulado pela própria comunidade não do ponto de vista legal e sim moral, pois tinha um sentido pedagógico, educativo e corretivo. O “teatro de rua” não assumia somente uma forma satírica marcada pela zombaria, irreverência e humor, porque além disso, procurava afirmar a legitimidade da autoridade. A *rough music* era um tipo de violência simbólica que às vezes se convertia em violência física podendo levar à morte, embora a evidência seja inconclusiva a respeito disso. Em resumo, era uma forma de controle social dos “de baixo”. Até o início do século XIX, a publicidade era o elemento básico e primordial para tal ação.

Os motivos estavam divididos em dois grupos: “doméstico” e “público”. No âmbito doméstico, socialmente conservador, os delitos a seguir provocavam a *rough music*: 1) Contra uma notação patriarcal de papéis conjugais; 2) Contra um novo casamento; 3) Ofensas sexuais (adultério, homossexualidade, casamento rompido ou a venda da esposa); 4) O espancamento e a crueldade para com as crianças. No que se refere às formas públicas, o ritual também era empregado contra funcionários impopulares, contra decisões de magistrados, contra a polícia, dentre outros.

Novamente, o autor faz uso do termo “patriarcal”, mas desta vez para tratar das ofensas e humilhações, atitudes verdadeiramente “patriarcais” existentes no contexto de dominação masculina. No entanto, “precisamos de um vocabulário mais flexível do que “patriarcado” para explorar as contradições e analisar as flutuações e as modificações nas relações de gênero em ocupações e comunidades que estavam se modificando” (THOMPSON, 1998, p. 378). Na passagem para o século XIX, observou-se que o principal alvo da *rough music* era o marido que batia na mulher, e tal fato significou mudanças nas relações de gênero dentro das sociedades

tradicionais. Abrindo um parêntese, é fundamental destacar que na visão de Edward Thompson a *rough music* não era uma tradição pertencente à classe trabalhadora, visto que as formas não se integravam aos momentos iniciais do movimento operário. Era difícil em fins do dezenove perceber a continuidade e a sobrevivência da “antiga cultura” que poderia, em algumas partes, coexistir ao lado de formas mais “modernas”.

## CONCLUSÃO

Verificou-se nos anos 1970, pelo do intercâmbio promovido entre antropologia e história, uma progressiva abertura às abordagens socioculturais. Sem dúvida, pudemos perceber a partir desta célebre obra de Thompson que a cultura apresenta-se como dinâmica e dotada de autonomia, quando impõe os seus costumes em detrimento das leis formais. E mais que isso, essa produção histórica representa a enorme contribuição dada por Thompson à historiografia ao destacar o valor cultural na prática dos agentes históricos. Tivemos, então, o contato com a proposta da “história vista de baixo” que nos leva a uma nova perspectiva de análise. No momento em que se constatava a crise dos estruturalismos, seja de origem marxista, braudeliana ou funcionalista, o autor abriu espaço para a escrita da história desses sujeitos que antes estavam “presos” numa abordagem que privilegiava os enfoques econômicos.

Opondo-se à história quantitativa, que tende a retirar a face humana dos dados agregados, Edward Thompson defendeu que compilar os incidentes não basta, e sim recuperá-los dentro de seus contextos. Do ponto de vista metodológico, é brilhante como este marxista empirista dialoga com as evidências. Deve-se observar que nesse livro as fontes utilizadas não são convencionais, pois para dar voz às pessoas comuns Thompson fez uma incursão nas práticas culturais (rituais, costumes, saberes e hábitos) pertencentes ao modo de vida dos sujeitos analisados por ele.

Ao estudar detalhadamente os hábitos da cultura popular como a venda de esposas e o *rough music*, Edward Thompson rompe com a abordagem dos folcloristas e observadores do século XIX que viam os costumes da plebe como “antiguidades” e práticas animais. Além disso, os estudos sobre os *motins*, o *tempo* e a *economia moral* são o reflexo da preocupação do autor com a História social inglesa do século XVIII. Enfim, concluo que a leitura de *Costumes em Comum*

nos proporciona o contato com as reinterpretações feitas sobre várias questões que haviam sido renegadas pela historiografia tradicional.

## REFERENCIAS

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Cultura Popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. *Revista História* (São Paulo), v. 30, nº 2, pp. 1-19, ago/dez 2011.

FEBVRE, Lucien. “Viver a história”. *Combates pela história*. 3ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

MALERBA, Jurandir. Teoria e História da Historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEGRO, Antonio Luigi. E. P. Thompson no Brasil: da recepção aos usos. *Crítica Marxista*. São Paulo, v. 39, 2014, p. 151-161.

PROST, Antoine. “A História Social”. In: *Doze Lições sobre História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Capítulo 10)

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.